O JURISTA

05 DE DEZEMBRO 2019 JORNAL OFICIAL DO NED/AAC 1.ª EDIÇÃO

NÚCLEO DE ESTUDANTES DE DIREITO DA ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA

O BREXIT E AS SUAS CONSEQUÊNCIAS.

A Opinião de **Maria Matilde Lavouras** sobre a saída do Reino Unido da União Europeia e as suas repercussões.

PAGE 4

MUSEU DE SALAZAR

Uma Breve nova político-constitucional sobre o Centro Interpretativo do Estado novo por **Joana Neto**.

PAGE 14

O "NOVO" ENTENDIMENTO DO STF

No passado dia 07 de novembro STF (Supremo Tribunal Federal), decidiu sobre a prisão em segunda instância .

PAGE 8

O JUR
Destaques d

EDITORIAL

O Jurista surge, essencialmente, como uma forma de aproximar a comunidade académica daquilo que julgamos ser imprescindível: a informação. Imprescindível não só no sentido de complementar a formação de cada um de nós, estudantes da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, mas também tendo em vista o estreitamento das relações que, por sua vez, estabelecemos com o mundo extrajurídico.

Por estarmos cientes da relevância do acesso e consequente compreensão do que se encontra ao nosso redor, avançamos com um objetivo extremamente bem delineado: eliminar as barreiras existentes entre nós, juristas, e a atualidade informativa, colmatando as lacunas de comunicação verificadas.

Tal como é referido no n.º 1 do artigo 37.º da Constituição da República Portuguesa, "todos temos direito de exprimir e divulgar" as nossas ideias e "o direito de ser informados". Por conseguinte, o Pelouro da Comunicação e Imagem, encarregue de auxiliar o Pelouro da Formação na concretização deste projeto, deixa, a todos vós, o desafio de participar nesta iniciativa e de descobrir o que preparámos!

BEM- VINDOS!

Mensagem de Boas-Vindas

Enquanto estudantes, não nos devemos alhear do mundo que nos envolve e do qual fazemos parte; devemos antes fazer por conhecê-lo da forma mais detalhada possível. Ao sermos estudantes de Direito, essa preocupação deve ser redobrada, ou não nos ocupássemos de um ramo do saber intrinsecamente ligado à realidade, procurando dar resposta às problemáticas que ela nos traz. Um jurista já não se pode ficar pela doutrina ou pela letra da lei: o próprio exercício da profissão assim o exige.

O *Jurista* emerge precisamente desta necessidade, trazendo consigo a intenção de dar a conhecer o Mundo através de uma ótica coimbrã, tal como visto e percebido pelos estudantes desta secular Academia. O seu maior propósito é o de chegar ao seio da comunidade estudantil de forma construtiva: conduzindo ao debate crítico e à busca de uma compreensiva perceção do que vai acontecendo para lá da Porta Férrea

O Núcleo de Estudantes de Direito da Associação Académica de Coimbra vê nesta 1.ª edição, dada agora à estampa, a pedra angular de um projeto que pretende (in)formar as próximas gerações de juristas. Que desfrutem de cada página que venham a folhear!

Pedro Marques dias
Presidente do NED/AAC

RISTA

esta edição

CÍVICA

PELOURO DA INTERVENÇÃO CÍVICA ►P06
Por Maria Vasconcellos e Cristiano Arantes

"No último mês de Agosto, mais de 9.000 incêndios florestais tiveram ignição em simultâneo. Estes lavraram por toda a vastidão da floresta tropical do Brasil, propagando-se também pela Bolívia, Paraguai e Peru. A série de incêndios, deflagrada com claras intenções de limpar as terras utilizadas para a atividade pecuária, agrícola e para a exploração madeireira, foi exacerbada pela estação seca."

ESPANHA

►P09

País deixou de ser um dos poucos na Europa a não ter representação relevante desse grupo político. Vox se tornou terceira força do legislativo.

BREXIT

►P04 Por Maria Matilde Lavouras

"O cenário que simplistamente desenhamos parece não contemplar vantagens para o Reino Unido, tornando a opção pelo Brexit numa má escolha."

O Núcleo de Estudantes de Direito da Associação Académica de Coimbra inova sua acessibilidade no meio académico. Conheces o NED.IT?

INOVAÇÃO

►P10 **PELOURO DA COMUNICAÇÃO E IMAGEM**
Por Francisca Sousa e Sofia Figueiredo

POLÍTICA

►P10

O Gabinete de Orientação Política traz um artigo de opinião "A Alienação Política"

BRASIL

►P08

O Professor Doutor António A. Vieira Cura explica o "novo" entendimento do Supremo Tribunal Federal do Brasil sobre o momento em que a pena de prisão pode ser executada.

O BREXIT E AS SUAS CONSEQUÊNCIAS

O cenário que simplistamente desenhamos parece não contemplar vantagens para o Reino Unido, tornando a opção pelo Brexit numa má escolha, mas a realidade pode ser um pouco diversa.

- Por Maria Matilde Lavouras -

Desde 23 de janeiro de 2014, dia em que assistimos ao anúncio pelo (então) primeiro-ministro do Reino Unido David Cameron, da intenção de realizar um referendo sobre a permanência do país na União Europeia que fomos assistindo a uma alteração do puzzle das forças políticas em toda a União Europeia e a uma crescente preocupação com as consequências que essa saída (esse exit) poderia trazer não só para a economia da União Europeia e da Europa, mas também para a economia mundial. Essas preocupações foram-se adensando com o passar do tempo e com os resultados alcançados pelo UKIP nas eleições europeias em maio de 2014 a que se juntou a maioria absoluta conseguida pelo Partido Conservador nas eleições Legislativas de 2015. Pareciam estar a reunir-se condições para a realização de um referendo e para ma votação expressiva na opção de saída da União Europeia.

Perante uma conjuntura política favorável à saída do Reino Unido iniciam-se em fevereiro de 2016 negociações com a União Europeia para travar – ou ao menos adiar o máximo possível – a ideia do abandono da União Europeia por parte do Reino Unido. Apesar dos avanços conseguidos e da aprovação de novas condições para a relações UE-UK o referendo seria mesmo convocado e realizado em 23 de junho de 2016.

A partir da vitória do sim, num referendo marcado por uma adesão expressiva (72%) estavam reunidas as condições para se avançar com o processo de saída da União Europeia. Mas, e daí até à data de ativação do art.º 50 do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia a 29 de março de 2017, passaram 9 meses. Esta data, e os acontecimentos que se lhe seguiram, marcaram para sempre o relacionamento da União Europeia com os Estados-Membros. Não obstante estes factos e a consciência crescente de que podemos estar perante um acontecimento que, pelas suas consequências, pode conduzir ao fim da União Europeia, não podemos ignorar que nos tempos mais recentes temos assistido a manobras cautelosas e planeadas, que se assemelham, em sentido figurado, a uma 'batalha naval' em que o tabuleiro de jogo é, precisamente, o *mapa mundi* e já não apenas o território geográfico da União Europeia.

Na definição e na escolha das estratégias experimentadas pelas duas partes nas negociações de um acordo para a saída não deixam de encontrar reflexo as preocupações económicas, as preocupações sociais e até humanitárias, mas também, e de forma reflexiva, considerações consideradas pertinentes já não neste 'tabuleiro' alargado, mas a uma escala menor dos blocos económicos e que permitem a cada uma das partes aligeirar as perdas e incrementar os ganhos em termos económicos.

E é precisamente esta necessidade de ser garantida uma situação economicamente muito favorável, que tem servido de motivação e de fundamento para os sucessivos pedidos de adiamento, mas também para as sucessivas concessões desses mesmos adiamentos.

Muito poderíamos continuar a dizer sobre o Brexit, suas motivações e consequências para a economia mundial, para a economia da União Europeia ou, em especial, para a Economia Portuguesa. Não é o que faremos. Limitaremos a nossa análise a uma brevíssima referência àquelas questões que que consideramos serem, para a população em geral.

É que independentemente da existência ou não de acordo, são de esperar alterações significativas nos fluxos de cidadãos e de mercadorias entre o Reino Unido e a União Europeia, decorrentes da reintrodução das fronteiras externas. Esta é, talvez, uma das alterações com um impacto mais visível na vida dos cidadãos, uma vez que afeta o turismo, as importações e as exportações, o comércio em mercados físicos, mas também o comércio eletrónico, sobretudo aquela parcela em que existe a necessidade de entrega física do bem. Convém não esquecer que não se trata apenas da reintrodução do controlo fronteiriço, uma vez que a essa atuação vêm agregadas limitações relacionadas com condições de circulação de pessoas e bens, como sejam os impostos alfandegários e as normas de controlo de entrada e saída de cidadãos, mas também a possibilidade de reintrodução de tarifas de roaming nas telecomunicações ou a proteção diplomática fora do território da União. E, não esqueçamos que os efeitos que este acontecimento pode ter ao nível do valor da libra esterlina relativamente ao euro. Por razões idênticas, os fluxos de capitais e de investimento e a atividade bancária também não passarão incólumes.

O cenário que simplistamente desenhamos parece não contemplar vantagens para o Reino Unido, tornando a opção pelo Brexitnuma má escolha, mas a realidade pode ser um pouco diversa. O que motivou este pedido de saída parece ter sido a específica condição do Reino Unido dentro da União Europeia e que podemos encontrar resumida na sua condição de contribuinte líquido. Esta situação, apesar de atenuada pelas regras específicas de compensação económica e derrogação de múltiplas e variadas normas, mesmo em matéria de finanças públicas, não permite dar cumprimento aos ensejos do Reino Unido. Na verdade, esta saída representa para o Reino Unido a libertação de todas as limitações impostas aos Estados-Membros pelas normas de Direito da União e que condicionam a sua atuação nas mais diversas áreas e para a União Europeia um desafio à introdução de normas que garantam a criação de condições fácticas que levem a que esta saída seja (apenas) uma exceção.

Haverá ganhadores? Não sei responder a essa questão, apenas posso dizer que, com ou sem acordo, certamente haverá perdedores dos dois lados do Canal da Mancha.

Matilde Lavouras
Professora Auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

SOS PLANETA

Olhando para a sua imensa dimensão pode, desde logo, ser perceptível o seu peso no equilíbrio dos ecossistemas. A Amazónia é um dos últimos grandes redutos da biodiversidade mundial, representando mais de metade da área total de floresta tropical, com mais de 2 mil espécies de aves e mamíferos, mais de 2 milhões de espécies de insetos e mais de 16 mil espécies de plantas – muitas delas endémicas e ameaçadas. A floresta é, ainda, o pulmão do planeta, sendo responsável por cerca de 20% do oxigénio libertado e 20% da água doce produzida globalmente. Posto isto, a Amazónia é fundamental para o combate global às alterações climáticas, sendo o mais importante sumidouro de carbono do mundo, assumindo cerca de 22% do sequestro global do carbono emitido para a atmosfera.

Mais de 60 fogos continuam a arder em Nova Gales do Sul, sendo 40 destes indicados como fora do controle. Posto isto, a Primeira Ministra do governo regional, Gladys Berejilkian, atribui a medida do estado de emergência à evidente e imensa necessidade de garantir a segurança da população face a incêndios que já queimaram mais de 150 casas.

Talvez este trágico cenário nos seja familiar recordando a catástrofe que abriu todas as notícias durante dias a fio no mês de Agosto deste ano, os incêndios na Amazônia.

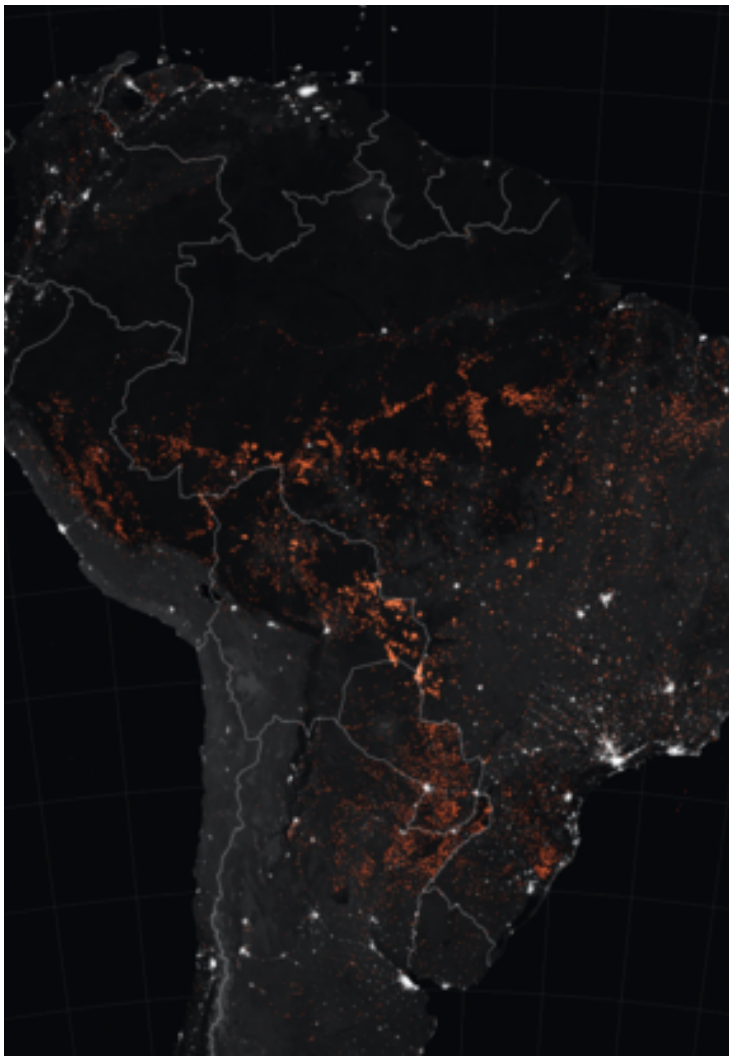
Commumente conhecemos a Amazónia como sendo a floresta e/ou selva que cobre a maior parte da Bacia Amazónica da região da América do Sul. Esta bacia abrange 7 milhões de quilómetros quadrados, dos quais 5 milhões e meio dos quilómetros quadrados são cobertos pela floresta tropical.

Nos últimos anos, os incêndios na Austrália, - que está, nestes último ano, a sofrer de um grave e forte período de seca -, têm aumentado de forma preocupante de intensidade, o que, segundo a opinião de especialistas, se deve sobretudo às inegáveis mudanças climáticas.

O governo do estado de Nova Gales do Sul, estado mais populoso da Austrália com 7,544 milhões de habitantes, declarou esta segunda-feira o estado de emergência devido às assombrosas chamas que o afetam e já fizeram vítimas mortais. De se sublinhar será também que já existe uma previsão de que a situação agrave por via das condições meteorológicas que se aproximam.

No último mês de Agosto, mais de 9.000 incêndios florestais tiveram ignição em simultâneo. Estes lavraram por toda a vastidão da floresta tropical do Brasil, propagando-se também pela Bolívia, Paraguai e Peru. A série de incêndios, deflagrada com claras intenções de limpar as terras utilizadas para a atividade pecuária, agrícola e para a exploração madeireira, foi exacerbada pela estação seca. O número de fogos é alarmante, com um aumento de 80% em relação ao ano passado, de acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). E os incêndios atingiram proporções observáveis do espaço, imagens que correram o Globo, alertando a população Mundial da catástrofe que avançava de modo galopante.

Na iminência da desflorestação da selva Amazónica, chegam as mais preocupantes consequências a longo prazo como a alteração permanente do ecossistema, o que levaria à perda de cerca de 99% de todas as espécies vivas. Enquanto à escala Mundial, se multiplicam as petições para salvar e zelar pelo bem da Amazónia; No Brasil, Jair Bolsonaro, está por detrás de recentes alterações políticas que mostram o seu compromisso de abrir a floresta tropical à exploração comercial. Políticas que deixam passar uma nota de que tudo vale em prol da exploração económica. Numa dimensão internacional inacreditável, as redes sociais começam a ser usadas para propagar as preocupações de todos perante o desastre ambiental crescente. No dia 21 de Agosto, a #PrayforAmazonas assumiu a posição de hashtag com maior destaque no Twitter. Através deste tema, muitos criticaram e expressaram desagrado perante as políticas do governo de Bolsonaro, outros evidenciavam o perigo da exagerada procura global pela carne bovina que incentiva, há anos, uma limpeza acelerada dos terrenos para a atividade pecuária.



Por Maria Vasconcellos e Cristiano Arantes

O NED/AAC É INOVAÇÃO

PELOURO DA COMUNICAÇÃO E IMAGEM TRAZ NOVAS INOVAÇÕES AO MEIO ACADÉMICO

Através da aplicação e do novo site poderás saber mais sobre as áreas de atuação do teu Núcleo, consultar a plataforma de exames de anos anteriores ou até aceder ao NED.it — a rede social do NED/AAC, onde podes fazer publicações, interagir em fóruns e consultar *ao minuto* as notícias do dia-a-dia. Todas estas funcionalidades foram pensadas para servir da melhor forma os estudantes que passam todos os dias pela corredores da nossa faculdade.

És a nossa prioridade. Desfruta!

O "NOVO" ENTENDIMENTO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL DO BRASIL SOBRE O MOMENTO EM QUE A PENA DE PRISÃO PODE SER EXECUTADA

Por António A. Vieira Cura

Independentemente de quem sejam os cidadãos aos quais possa aproveitar o entendimento agora perfilhado pelo STF (na decisão tomada no passado dia 7 de Novembro) a respeito do cumprimento da pena de prisão – qual seja o de que esta só pode ser executada após o trânsito em julgado da decisão judicial que a determinou –, parece-me ser ele o que corresponde à melhor interpretação da Constituição da República Federativa do Brasil e da lei penal e processual penal brasileiras. Com efeito, a lei fundamental do Brasil estabelece que "ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória" (art. 5.º, LVII); e o C.P.Penal (quanto à prisão aplicada como pena) estatui que "ninguém poderá ser preso senão (...) por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente, em decorrência de sentença condenatória transitada em julgado" (art. 283.) e faz depender a ordem de "expedição de carta de guia para o cumprimento da pena", pelo juiz, de haver transitado em julgado "a sentença que impuser pena privativa de liberdade" (art. 674.). O início do cumprimento da pena de prisão em momento anterior a esse colide frontalmente com o princípio constitucional da presunção de inocência, do qual decorre a legalidade do cumprimento da pena de prisão somente depois de esgotados os recursos previstos na lei. Ainda que já tenha havido condenação em segunda instância, o cumprimento da pena privativa da liberdade não pode ser justificado com base na necessidade de fazer face ao "excesso de recursos"; se este existe, cabe ao legislador restringir o direito ao recurso, como foi sublinhado por alguns Ministros do STF. Essa restrição corresponde, aliás, à evolução recente da legislação portuguesa.

E a execução intempestiva (ainda que provisória) da pena de prisão também não pode ser utilizada como forma de fazer face ao "risco de prescrição", invocado por Ministros do STF que votaram vencidos. Para eliminar (ou atenuar) esse risco, parece-me que a via a seguir deve ser, antes, a de alterar as normas do Código Penal brasileiro que disciplinam esse instituto (enquanto causa de "extinção da punibilidade"), das quais aproveitam, sobretudo, os arguidos de condição económica mais elevada (por poderem suportar os custos inerentes a uma litigância demorada, designadamente com a prestação de serviços por advogados cujos honorários estão fora do alcance da bolsa do comum dos cidadãos).

Na foto: José Antonio Dias Toffoli, Presidente do Supremo Tribunal Federal.

A EXTREMA DIREITA EM ALTA NA ESPANHA E SEU TAMANHO NA EUROPA

País deixou de ser um dos poucos na Europa a não ter representação relevante desse grupo político. Vox se tornou terceira força do legislativo

Em eleições para o legislativo nacional no domingo (10), o partido de extrema direita espanhol Vox mais que dobrou seu número de cadeiras em relação às eleições anteriores, de abril, tornando-se a terceira maior força parlamentar no país (foi de 24 para 52).

O Psoe (Partido Socialista dos Trabalhadores da Espanha), de esquerda, segue tendo o maior número de representantes, mas perdeu espaço (de 123 para 120 assentos). O Partido Popular, de direita, também manteve seu posto de segunda força parlamentar, mas com avanço (de 66 para 88).

A velocidade da ascensão do partido nacionalista surpreende: o Vox foi criado em 2013, iniciou sua ascensão eleitoral em dezembro de 2018, em eleições locais, e agora se tornou a terceira força do parlamento espanhol.

Em questão de meses, a Espanha deixou de ser uma das exceções do contexto europeu por não possuir, até em então, uma representação expressiva da direita radical no Parlamento.

O Vox obteve 15% dos votos totais, proporção semelhante à obtida recentemente por partidos do mesmo espectro político em outros países europeus:

- a legenda de extrema direita Alternativa para a Alemanha conquistou 12% do total dos votos válidos nas eleições legislativas alemães de 2017

- a Reunião Nacional foi escolhida por 13% dos eleitores das eleições legislativas na França em 2017

- o partido A Liga obteve 17% dos votos na eleição nacional para o parlamento da Itália em 2018

- o Partido da Liberdade da Áustria, ou FPO, alcançou 16% dos votos em 2019.

Apesar de ter conexões com o populismo de direita em ascensão no continente e no mundo, o resultado da eleição espanhola também possui elementos nacionais.

Em entrevista à BBC, o cientista político Joan Botella, da Universidade de Barcelona, apontou o acirramento dos protestos de grupos separatistas da região da Catalunha como um fator chave para o crescimento do Vox, que promete contê-los energicamente.

A Espanha é uma monarquia parlamentarista, na qual o partido mais votado dificilmente governa sozinho, precisando formar coalizões com partidos menores.

A eleição parlamentar de novembro de 2019 foi a quarta do país em quatro anos e a segunda em sete meses. Com o resultado, o líder Psoe novamente não atingiu um número suficiente de votos para formar maioria. Ele descartou na segunda-feira (11) uma coalizão com o segundo colocado, o Partido Popular.

Na terça-feira (12), o Psoe e a coalizão de esquerda Unidos Podemos (UP) chegaram a um acordo para a formação de governo (a UP ficou em quarto lugar, com 35. Junto com as 120 cadeiras do Psoe, chega-se a 350 assentos). Ainda assim, ficam faltando 16 cadeiras para que tenham maioria, que estão sendo buscadas em outros partidos de esquerda.

A EXTREMA DIREITA EM ALTA NA ESPANHA. E SEU TAMANHO NA EUROPA

O que o Vox defende

O Vox possui uma agenda baseada em propostas economicamente liberais e moralmente conservadoras, com discurso de campanha anti-imigrantes (em particular muçulmanos), antifeminista e nacionalista, defensor de uma visão de uma identidade espanhola unificada, a partir de um passado idealizado e grandioso.

Ele é o primeiro partido desde a ditadura do general Francisco Franco, que governou de 1936 a 1975, a se associar diretamente ao franquismo, resgatando princípios como o anticomunismo e a defesa da unidade nacional.

Membros do Vox tiveram contato com americano Steve Bannon, que foi estrategista da campanha de Donald Trump nos EUA e busca coligar movimentos de extrema direita populista em todo o mundo, em especial na Europa, mas com conexões também no Brasil, por meio do presidente Jair Bolsonaro.

O cenário no continente

Nas eleições para o Parlamento Europeu realizadas em maio de 2019, o grupo de extrema direita Identidade e Democracia conseguiu dobrar sua participação, passando de 36 para 73 representantes, vindos de 9 países europeus: Itália, França, Alemanha, Finlândia, Estônia, Dinamarca, República Tcheca, Bélgica e Áustria. Com isso, tornou-se o quinto maior grupo a integrar a instituição.

Os 751 membros do parlamento transnacional são eleitos pelo voto direto de cerca de 200 milhões de eleitores dos 28 países-membros da União Europeia. A eleição de 2019 foi observada como um termômetro para medir, de uma só vez e em todo o continente, a força que os partidos de extrema direita já vinham demonstrando nas eleições nacionais em anos recentes.

Num levantamento da BBC publicado em maio, as eleições nacionais europeias já registravam 17 países com porcentagens de votos dados à extrema direita que iam de 4% (Chipre) a 70% (Hungria), segundo um levantamento feito pela BBC.

Entre os feitos da extrema direita no continente ao longo da última década estão ter chegado ao poder em 2010 na Hungria, com o partido Fidesz; em 2015, na Polônia, com o Lei e Justiça; em 2017, na Áustria, com o FPO; e em 2018, na Itália, com a Liga.

Além disso, em 2017, partidos de extrema direita conseguiram disputar o segundo turno de uma eleição presidencial na França, com a Reunião Nacional, e entrar pela primeira vez no pós-Guerra no Bundestag, o Parlamento Alemão, com a AfD (Alternativa para a Alemanha).

O crescimento do Vox na Espanha, a nível nacional, assim como uma vitória regional da Liga na Itália, ocorrida no final de outubro, demonstram que a onda populista continua relevante.

Mesmo com algumas derrotas simbólicas recentes, como a saída do ex-primeiro-ministro Matteo Salvini, líder da Liga, da coalizão que governava a Itália, e o revés de um candidato do partido do premiê húngaro Viktor Orbán, de extrema direita, para a prefeitura de Budapeste, a tendência geral ainda é de fortalecimento dessa onda,

ALIENAÇÃO POLÍTICA ATACA

Artigo de Opinião do Gabinete de Orientação Política

Por Alexandre Durães

A situação geopolítica global atravessa um momento de crise: a cada dia que passa, há um novo protesto assente em motivos diferentes, que gera um novo desafio, ou que apenas dá voz às exigências silenciosas daqueles que eram povos teoricamente conformados. Este caos, que se tem desenvolvido e propagado, tem as suas raízes em diversas questões socioeconómicas, nem sempre apenas específicas à situação em causa, que com a crescente globalização e desenvolvimento tecnológico dos meios de informação e comunicação se têm tornado cada vez mais aparentes e por isso intensificando mais o desejo Humano de uma vida melhor.

Vários protestos têm aparecido relativamente ao voto e a questões eleitorais, nomeadamente na Bolívia, na Argélia e na Catalunha, entre outros. Protestos esses que procuram resolver as crises que têm abanado as fundações e o crédito da Democracia aos olhos dos cidadãos. Tendo em conta a enorme disponibilização de informação, amiúde alterada por indivíduos ou organizações com uma agenda política própria (de qualquer parte do espetro político), e o predominante sentimento de falta de rotatividade política que não se coaduna com a necessidade inerente ao ser humano de mudança positiva, em detrimento da estagnação, tornam-se óbvias as razões para a crise de legitimidade intrinsecamente ligada ao contínuo crescimento da taxa de abstenção a nível global. Por consequência, o renascimento do populismo não nos surpreende, pois é uma forma de discurso que contrasta bastante com o estabelecimento político e proporciona a um número cada vez maior de pessoas a mudança por que anseiam.

O poder de suportar (ou não) apenas com um clique numa rede social estes protestos ou outros como os no Chile e na França que por contraste advêm do aumento de custo de vida ou mesmo o de Hong Kong onde os cidadãos protestam pela proteção dos seus direitos fundamentais e modo de vida estabelecido que se apresentam agora ameaçados pela intrusão da China na sociedade e regime legal de Hong Kong, coloca-nos uma grande responsabilidade, que muitas vezes não é devidamente respeitada e dá origem a muita desinformação por vezes propositada. Cabe-nos o dever de realizar uma pesquisa informada através de fontes fidedignas e neutras para realmente sermos capazes de desenvolver argumentos construtivos que façam jus ao problema em questão.As nossas palavras e ações têm influência, é importante exercê-la ajuizadamente sobretudo no nosso caso enquanto estudantes de Direito. A análise e compreensão da origem e desenvolvimento destes problemas e das reações humanas aos mesmos são importantíssimos para a nossa futura carreira enquanto juristas e cidadãos dum Estado de Direito Democrático num mundo cada vez mais interligado, mas não menos fraturado, para que possamos fazer o nosso melhor para os solucionar. Convido-vos a pesquisar em detalhe sobre os protestos que referi e os que deixei de parte, logo certamente se aperceberão da importância que devemos dar à participação política e à não resignação que nos é fundamental enquanto humanos. Procurem sempre estar informados para não serem enganados.

NÚMERO 1 • DEZEMBRO • SEMESTRAL • GRATUITO

MAGAZINE CULTURAL

Centro Interpretativo do Estado Novo

Por Joana Neto

- Artigos de opinião
- Testemunhos
- Curiosidades
- Calendário

Núcleo de Estudantes de Direito da Associação Académica de Coimbra

ÍNDICE

• Artigo de opinião
P. 21
• Testemunhos
P.17
• Curiosidades
P. 20
• Calendário
P. 16

EDITORIAL

Caríssimo colegas, docentes, funcionários e demais,

É com todo o prazer que vos apresentamos a primeira edição da Magazine Cultural como nova equipa do Pelouro da Cultura deste mandato de 2019/2020.
Esta revista é um espelho do trabalho, empenho e brio que tanto caraterizam a nossa equipa. Pretendemos abordar assuntos atuais e partilhar das mais variadas experiências e opiniões de pessoas paralelamente ligadas a nós e à realidade que nos rodeia.
Dispomos desde artigos de opinião a calendários culturais de entidades que nos são próximas, curiosidades, relatos de experiências e jogos de laser. Esperamos, deste modo, estar à altura do desafio.
Desejamos uma boa leitura e aproveitamento desta revista, feita para vocês, pelo vosso NED/AAC.

Pelouro da Cultura,
Érica Teixeira e Mariana Silva

Centro Interpretativo do Estado Novo – Uma breve nota político-constitucional

Por Joana Neto

A Assembleia da República condenou, no passado dia 11 de setembro, a criação de um museu dedicado a António Oliveira Salazar em Santa Comba Dão, terra natal do antigo Presidente do Conselho de Ministros. Esta iniciativa partiu da Câmara Municipal de Santa Comba Dão, que anunciou recentemente a intenção do município de criar um Centro Interpretativo do Estado Novo, em parceria com outras entidades regionais e incluído numa rede ligada à História e Memória Política. O voto de condenação foi levado à Comissão Permanente da Assembleia da República pelo PCP, tendo obtido votos favoráveis da maioria de esquerda - PS, BE, PCP e PEV – e a abstenção do PSD e do CDS, enquanto o PAN não votou por não ter estado presente na sessão.

Conforme se pode ler no texto da bancada comunista, a criação de "um 'museu' dedicado à memória do ditador Oliveira Salazar em Santa Comba Dão" é "uma afronta à democracia, aos valores democráticos" e uma "ofensa à memória das vítimas da ditadura". Já o grupo parlamentar do PSD justifica a abstenção por considerar que "não se revê no aproveitamento político que várias forças partidárias têm feito deste caso, nem subscreve o enviesamento demagógico patente no voto de condenação do PCP". Ainda assim, salientam que esta declaração "não encerra, de per si, uma posição de princípio do PSD relativamente a este projeto em concreto, para a qual necessita de uma informação mais detalhada e profunda". Na mesma linha, o CDS-PP justificou a abstenção por considerar que "se, em nenhuma circunstância concorda com qualquer tipo de idolatria do Estado Novo, ou de qualquer ditadura, também não vê necessidade de proibição de um Centro Interpretativo do mesmo".

> **Do ponto de vista jurídico-constitucional, pode questionar-se se esta iniciativa coloca ou não em causa um dos limites constitucionalmente consagrados à liberdade de associação, prevista no artigo 46.º da Constituição da República Portuguesa. Ínsita no princípio do Estado de direito democrático, a liberdade de associação é a expressão mais qualificada da liberdade de organização coletiva privada, podendo revestir outras formas mais ou menos institucionalizadas, como comissões, clubes, fundações, etc.**

De facto, o n.º 4 deste preceito constitucional, que consagra a proibição de organizações de ideologia fascista, traduz-se na limitação da liberdade de organização política, dirigida contra a revivescência de organizações defensoras do regime autoritário de 1933. E note-se que, ao falar de organizações, a Constituição utiliza uma fórmula mais ampla do que a de associações ou partidos, de forma a abranger todo e qualquer tipo de esquema organizatório que sirva de substrato a atividades fascistas ou à difusão de ideias fascistas.

Compreende-se, portanto, a aprovação deste voto de condenação face ao receio de que, com esta iniciativa, se pretender criar um lugar simbólico onde o que resta do salazarismo se possa refletir e reestabelecer, através de uma "iniciativa desprovida de elementos de denúncia real da natureza fascista".

Não podemos, no entanto, ignorar o enquadramento feito pelos responsáveis do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS20) da Universidade de Coimbra a este Centro de Interpretação do Estado Novo – que integra a Rede de Centros de Interpretação e/ou Casas-Museu de História e Memoria Política da Primeira República e do Estado Novo, que considera que o projeto pretende "retratar o Estado Novo e o ditador em todas as suas dimensões". Isto significaria que, se a memória for respeitada e a verdade histórica cultivada, o centro teria, necessariamente, de falar das perseguições políticas, da corrupção do regime, da guerra colonial e de todo o conjunto de atrocidades cometidas – funcionando este 'museu' não como uma homenagem mas sim como uma forma de denúncia ao regime salazarista.

Nestes termos, e ainda que este seja um tema polémico que deverá, num futuro próximo, apresentar novos desenvolvimentos e nuances que têm necessariamente de ser analisados, não podemos deixar de concordar que, num Estado de direito democrático, o combate ao ressurgimento de ideologias fascistas se deve fazer com recurso ao conhecimento histórico e cultural do nosso passado enquanto Nação. E assim o deve assegurar o pluralismo político e os direitos fundamentais, nomeadamente o direito de associação, que constitui não só um direito fundamental dos cidadãos mas também um elemento institucional do sistema democrático-constitucional.

Assistente Convidada FDUC | Doutoranda em Ciências Jurídico-Políticas

Curiosidade

"A polícia não manda aqui" - No Paço das Escolas a polícia só entra com autorização do Reitor. Atualmente é uma formalidade, mas a verdade é que esta regra nunca deixou de ser cumprida. Quando existe algum desacato, a polícia pára junto à Porta Férrea e pede autorização ao Reitor para entrar no Paço.

Ver mais P. 17

Calendário

9 Dez – “A Herdade”, de Tiago Guedes
18h30
PREÇO: €5; €3,5 < 25 ANOS E ESTUDANTE E > 65 ANOS, COMUNIDADE UC, GRUPO ≥10, DESEMPREGADO, PARCERIAs

18 Dez – “O Quebra-Nozes”, Russian Classical Ballet
21h30
Plateia €25
1º Balcão €25
2º Balcão €22
20% < 16 anos
10% Estudante/Cartão Jovem
10% > 65 anos
15% Famílias (4 pessoas)
10% grupos 10 – 19 pessoas
15% grupos 20 – 29 pessoas

Descontos especiais para escolas de dança e grupos superiores a 30 pessoas bilheteira@tagv.uc.pt

CALENDÁRIO CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

1 Out – 31 Dez: Exposição de mostra de capas de discos de vinil dedicada a Amália Rodrigues
- Casa Municipal da Cultura
- Entrada livre

Testemunho

Margarida Sousa, Valência, Espanha 2018

1. Que sítios são obrigatórios visitar em Valência?

Plaza de la virgen, Ciudad de las Artes y las Ciencias, catedral de valencia, Calle colón em especial o mercado de colón, passear no bairro el carmen , comer paella valenciana, e ir sair no l'umbracle

2. Foi muito difícil te habituares ao espanhol?

Nada difícil, o castelhano é bastante compreensível e mesmo para escrever achei fácil mas obviamente que tive que treinar e ver algumas palavras específicas no tradutor. Os professores também ajudam bastante e valorizam que tentes falar em espanhol mesmo se errares, visto que a participação nas aulas é comum. Não tirei nenhum mini curso nem nunca tive espanhol no secundário ou no básico.

3. Notaste muita diferença entre a FDUC e a faculdade de Valência? Qual pode ser considerada mais "exigente"?

As aulas em Valência são que meias obrigatórias. Ninguém regista a presença, mas tens trabalhos que fazes em aulas que contam para a tua avaliação final. O exame por norma vale 70% mas há cadeiras em que o exame vale apenas 30%. A fduc é mais exigente no sentido dos exames serem mais complicados. Como o estudo lá é regular quando chegas ao exame não é assim tão complicado visto que apresentaste nas aulas certos trabalhos e isso foi valorizado. Mesmo que o exame te corra mal tens os 30% da avaliação contínua que te ajudam a melhorar as notas. Tive uma cadeira que só por assistir a 3 filmes nas aulas tive 1 valor a mais na nota. Só pela presença e pela discussão do filme depois de o visualizarmos.

4. A vida é mais cara do que em Coimbra?

A habitação é um pouco mais cara, as refeições também, mas como é uma cidade muito mais turística que Coimbra isso é normal acontecer mas na faculdade comia por 7€ com tudo incluído e dois pratos, sendo que um deles era sempre paella. Sair à noite é mais caro, mas as discotecas também são muito melhores (entre 10€ a 20€). As pessoas deslocam-se sempre de bicicleta ou de metro. Uma viagem de metro custa 1,50€ e o passe de bicicleta anual não chega a 30€. Como é uma das maiores cidades de Espanha consegui viajar para muitos sítios com pouco dinheiro, como Barcelona (40€ de autocarro), Sevilha (10€ pela ryanair) Alicante (20€ de autocarro) ou Ibiza (pack de viagem 170€)

Testemunho

Carolina da Costa Duarte, Rio de Janeiro, Brasil 2018

1. Que sítios são obrigatórios visitar

Esta cidade (e Estado) junta dois universos que têm tanto de paralelo como de belos: o mar e a floresta. Tem imensas praias lindíssimas, trilhas no meio da floresta que vão ao encontro de paisagens fabulosas, o famoso calçadão de Ipanema, o Pão de Açúcar, o Morro dos Dois Irmãos, o Cristo Rei, a Escadaria Selarón, a Prainha, a feira de Copacabana, são imensos os sítios por onde desfrutar da cidade.

2. A vida é mais cara do que em Coimbra?

A minha ida para o Rio de Janeiro começou em Agosto de 2018 e terminou em Janeiro de 2019. A moeda é o real e apesar de ser mais baixa, a verdade é que existem situações em que se acaba por gastar mais dinheiro, como por exemplo em alguns produtos de alimentação e transporte. No caso da habitação, a renda também é bastante alta, sendo que a minha eram cerca de 350/60€ por mês. Ao invés, havia situações em que se acabava por poupar algum dinheiro, como restauração, vestiário, entre outras.

3. Foi muito difícil te habituares a outro estilo de vida?

A língua é o português, sendo que a minha estadia foi numa casa arrendada com mais 4 colegas portugueses, que se encontrava bastante bem localizada, o que ajudava na ida ao supermercado, metro, etc. Eu deslocava-me de Uber, a pé, mas sobretudo de metro, que era a forma como eu ia para a Universidade e também para visitar alguns locais. O estilo de vida é bem mais tranquilo, apesar de ter sempre o fator da segurança, em que tem que se ter em conta o andar com poucas posses consigo. A verdade é que o Brasil vive numa realidade mais problemática onde não nos podemos sentir tão à vontade como em Portugal e é sempre bom ter isso em conta para não haver cartões clonados, roubos no metro e na praia. O melhor é prevenir sempre (não quero assustar ninguém, mas sempre é melhor prevenir do que remediar!)..

4. Como é a comida brasileira?

A comida é incrível: muita fruta variada, açaí, tapioca, picanha. O peixe é muito caro e encontram-se alimentos muito diversos e que não existem com tanta abundância em Portugal.

5. Notaste muita diferença entre a FDUC e a faculdade que frequentaste no Brasil?Qual pode ser considerada mais "exigente"? Eu estudei na UNIRIO - Faculdade Federal do Estado do Rio de Janeiro – e confesso que foi uma experiência vital para mim. O método de ensino é completamente diferente, a avaliação é por trabalhos assim como tarefas para casa e frequências, existindo apenas exame final se não fizermos a disciplina por contínua. As aulas são bastante participativas, onde ocorrem vários debates entre os alunos da turma.

Testemunho

Bárbara Paixão e Rita Arede, Sibiu, (Roménia) 2018

Fizemos Erasmus na Roménia, na cidade de Sibiu, sendo esta uma escolha motivada por uma curiosidade sobre um país que não é muito comum quando se fala em Erasmus, principalmente em Direito.

Sibiu é uma cidade bastante acolhedora, sendo que, tirando certos aspetos pontuais, a adaptação não foi difícil.

Relativamente aos custos, notámos uma grande diferença na compra de certos produtos alimentares, na medida em que eram mais baratos do que em Portugal, assim como o alojamento. Contudo, relativamente a roupa e restaurantes, a diferença não era muita.

Só para se ter uma ideia, 5 Lei (moeda da Roménia) equivale a 1 Euro.

No que diz respeito à cultura, a Roménia é bastante tradicional, tendo bastantes festas comemorativas e trajes próprios, sendo que também têm uma gastronomia bastante própria, utilizando bastante em pickles, por exemplo.

No que toca à lingua, o romeno, à primeira vista parece uma confusão autêntica. Mas, na verdade, se lermos ou ouvirmos com calma, conseguimos perceber algumas coisas, uma vez que há bastantes palavras parecidas com o português.Por último, e falando um bocado do Direito em si, fomos avaliadas através de trabalhos, sendo estes feitos em inglês.

Relativamente às cadeiras que fizemos em Sibiu, tivemos equivalência a todas do primeiro semestre do quarto ano, com exceção de Metodologia e Direito Penal III.

Chegando aqui e com base em tudo o que foi dito supra, aconselhamos esta experiência a quem esteja disposto a tal, assim como a cidade de Sibiu. Se não forem pela via de Erasmus, sugerimos pela via do lazer, porque vale mesmo a pena.

CURIOSIDADES

“Porque é que o absinto foi ilegalizado?”

Nunca foi ilegal na Grã-Bretanha e não provoca loucura. Poucas bebidas geraram a histeria que rodeou o absinto no final do seculo XIX. Conhecido por “Fada Verde”, teria subjugado e depois destruído as mentes de toda uma geração de pintores e escritores. Vincent van Gogh, Arthur Rimbaud, Charles Baudelaire, Paul Gauguin, Henri de Toulouse-Lautrec, Oscar Wilde e Aleister Crowley foram todos dedicados devotos do absinto e foram imputados todos os tipos de depravações aos seus efeitos alucinogénios. Alexandre Dumas (1802-70) até defendeu que o absinto matou mais soldados franceses no Norte de África do que as balas dos árabes. O ponto alto da “loucura do absinto” surgiu em 1905, quando um alcoólico suíço chamado Jean Lanfray matou a tiro a mulher e duas jovens filhas enquanto estava bêbedo (disse que o fez por a mulher se ter recusado a limpar-lhe os sapatos).

Ele tinha bebido naquele dia grandes quantidades de vinho, conhaque, aguardente e crème de menta, mas foram os dois copos de absinto que também bebeu que levaram com as culpas. Seguiu-se uma onda de indignação moral em defesa da abstinência, que levou a que o absinto fosse banido nos Estados Unidos e em quase toda a Europa (embora nunca no Reino Unido). A proibição só recentemente foi levantada.

O crack de cocaína daqueles tempos era (e é) feito a partir das margaridas. A artemísia, ou artemisia absinthium, pertence à família das margaridas e foi apreciada como planta medicinal desde a antiguidade. Entre muitas outras coisas, foi usada para curar ataques de lombrigas, embora tal não tenha estado na origem do seu nome em inglês, “wormwood”. Esta designação vem do inglês antigo wermod – literalmente, “homem-coragem” (também foi em tempos utilizado como afrodisíaco). Antes de o absinto surgir, a artemísia já era um sabor popular em bebidas alcoólicas. O vermute, inventado em Itália no final do século XVIII, foi buscar o seu nome à designação alemã de artemisia (wermut) e muitas marcas contemporâneas ainda incluem artemísia nas suas receitas.

O ingrediente ativo na artemísia é a tujona, assim chamada por ter sido inicialmente descoberta na árvore thuja, uma espécie de cedro também conhecida por Arborvitae (“árvore da vida”). Igual ao mentol a nível de estrutura química, a tujona pode ser perigosa em grandes doses e tem um efeito psico-ativo moderado, mas não concentrado de 10 miligramas por litro que a maior parte do absinto contém. Salva, estragão e Vicks VapoRub contêm todos níveis semelhantes de tujona, mas ainda ninguém a ligou a comportamentos depravados.

Os efeitos lendários do absinto devem-se, quase de certeza, ao seu alto teor alcoólico, que, nos 50-75% por volume, ultrapassa confortavelmente a maior parte das outras bebidas alcoólicas (por norma, 40%). Preparar um copo de absinto envolve um ritual complexo durante o qual é despejada água na bebida através de uma colher perfurada de modo especial que sustenta um cubo de açúcar – este dilui-se e afasta qualquer travo amargo.O efeito turvo provocado pela água ficou conhecido em inglês por louche. Não é certo que esteja ligado ao francês antigo lousche, que originalmente significada “olhar vesgo” e que nos deu o moderno louche, que quer dizer “obscuro” e “desonroso”. Mas queira dizer vesgo, obscuro ou dúbido, louche é o adjetivo perfeito para um dedicado amante do absinto.

TERRORISMO E RELIGIÃO: UM CHOQUE INEVITÁVEL?

Por João Letras

"O papa será decapitado em direto à meia-noite."

O terrorismo religioso surge em Vaticanum como a principal ameaça ao mundo e logo representado no pior dos cenários. É com este panorama que Tomás Noronha - protagonista dos célebres romances de José Rodrigues dos Santos - se depara, enquanto responsável pelas escavações nas catacumbas da Basílica de São Pedro, na Cidade do Vaticano, acabando por se envolver diretamente no rapto e sequestro de Sua Santidade e nos esforços para a sua salvação. Um desenrolar de acontecimentos que se dá em apenas 24 horas, mas que são retratados e explorados ao pormenor pelo autor em quase 600 páginas de trama.

O frenesim de acontecimentos mantém o leitor preso à obra, muito por força do suspense que o autor usa (e abusa) na narrativa. E não podia ter melhor resultado: esta é uma daquelas obras que só permite ser arrumada depois de lido um bom número de capítulos, senão mesmo toda a obra. Talvez haja apenas um aspeto negativo a apontar: o facto de alguns diálogos entre personagens assumirem uma extensão algo dispensável, uma vez que a cadência do surgimento de novos factos na ação fica aqui prejudicada.

Obra indispensável para quem aprecia um bom romance, atual e baseado em factos reais, *Vaticanum* começa por apontar o foco à ameaça que o terrorismo representa para a Igreja Católica, mas acaba também por abordar, em larga escala, o flagelo da corrupção e das ligações à Máfia no seio da Santa Sé e os muitos segredos que o Arquivo Apostólico guarda - onde, curiosamente, há pouco mais de um mês, a 5 de outubro, tomou posse, como Arquivista, o cardeal português José Tolentino de Mendonça.

Uma conclusão imediata podemos retirar da leitura deste romance: o mundo, tal como o conhecemos, está em mudança, e aquilo que até há pouco seria ficção pode tornar-se a dura realidade. Esperemos que, nessa altura, um Tomás Noronha esteja por perto para dar bom rumo à história.

A QUEDA DUM ANJO

Por José Edgar Alheia Cabreira

A sugestão literária contida nas linhas que se seguem tem por objetivo fundamental despertar novas perspetivas acerca de um dos mais célebres vultos da literatura nacional. Trata-se, sobretudo, de iluminar nuances muitas vezes ignoradas na vasta obra deste autor, não raras vezes votado a uma caracterização profundamente redutora.

Que Camilo constitui figura de relevo na literatura nacional ninguém o duvida. Contudo, se excetuarmos o incontornável 'Amor de Perdição', apontar outro título da sua autoria torna-se, para grande parte dos portugueses, missão invulgarmente árdua. Não se busca aqui desmerecer a sua obra prima, marco indelével do romantismo português, capaz até de ofuscar todas as demais obras deste autor. Apenas se procurará demonstrar, através do delicioso enredo d' 'A Queda dum Anjo', ser muito mais vasto o génio camiliano, se comparado com a quase sempre insuficiente descrição que lhe é dispensada pelo imaginário coletivo nacional.

O anjo de cuja queda se ocupam as páginas deste livro dá pelo nome de Calisto Elói de Silos e Benevides de Barbuda, honrado fidalgo transmontano, eleito Deputado da Nação pelo partido legitimista, de cunho conservador e miguelista. Inicialmente, a personagem principal chega a Lisboa irredutível nas suas visões, pautadas por um extremo classicismo político e de costumes. É ainda o Calisto angélico, da velha oratória, preocupado com os altos impostos e a importação excessiva de artigos de luxo pela elite burguesa. Extremoso defensor da velha moral, sonha com restaurar a glória do Portugal antigo, vivenciada pelos seus antepassados. Não concebe sequer a possibilidade de algum dia se vir a separar da esposa Teodora, expoente máximo da nobreza rural e latifundiária, com a qual contraíra matrimónio, contudo, baseado na fortuna e na nobreza herdadas por ambos, e não em verdadeiro amor. Sentimento totalmente desconhecido, de resto, pelo 'Anjo' Calisto na sua chegada à capital. Oriundo do Portugal profundo, era ainda 'peixe fora d'água' na vida lisboeta e nos meandros do poder.

É neste contexto, de adaptação à vida de parlamentar em Lisboa, que se dá a 'queda' do protagonista, entendida como metáfora da sua improvável transformação, e notável ponto de inflexão de toda a novela: arrebatado pela primeira vez por genuínos sentimentos amorosos, Calisto rapidamente esquece o casamento, iniciando-se uma profunda revolução nas suas crenças fundamentais, quer no campo pessoal quer no campo político. Primeiramente rejeitado pela jovem Adelaide, em virtude de ser um homem já casado, acaba por se entregar à viúva de um renomado general, Ifigénia, que vem a descobrir ser sua prima afastada. Já distante da angélica austeridade moral e do tradicionalismo que o caracterizavam, o novo Calisto não olha a meios financeiros para se inserir no contexto que o rodeia. Contagiado pelo 'espírito do tempo', que antes condenara, funde-se com a elite do Portugal da Regeneração, incorporando convictamente não só o ideário liberal e progressista mas também as modas e convenções sociais dominantes. Sintomática desta mudança profunda é a receção que lhe dispensa o povo de Caçarelhos, sua terra natal, quase não reconhecendo na barba e no bigode aquele mesmo sujeito que outrora partira para Lisboa, à data envolto num puritano e imberbe estilo sacerdotal.

A jornada de transformação de Calisto é, em suma, o meio encontrado pelo autor para retratar com fidelidade as incongruências do Portugal oitocentista, refém de um processo de modernização tardio e desigual. Criticando as insuficiências da Regeneração, limitada quase por completo à sua vertente material, Camilo ajuda-nos, inegavelmente, a compreender vários dos vícios e problemas que ainda hoje encontram eco na sociedade portuguesa.

Brave New World: a experiência da desumanização

Por Davide Rodrigues

Em Brave New World (1932), ALDOUS HUXLEY descreve um mundo, uma possibilidade coletiva de experimentação do viver, possibilidade que parece manter-se no foro daquilo que é ainda só imaginável. Resta saber por quanto tempo ou se já não é esse mesmo o nosso tempo. Mundo de novidade que se passa num tempo também novo: o tempo depois de Ford (ou de Freud, pseudónimo que utilizava quando se referia à psique). Tempo que repugna todas as crenças, exceto a única racional: a crença na ciência ou, porque ele é o mesmo, em Ford. Crença que estrutura a sociedade já não em classes, mas em castas, organizadas de acordo com as suas competências e condicionadas a nestas se realizar: o espelho, por isso, do modelo da divisão do trabalho na estruturação da sociedade humana. Sociedade composta não por humanos que nascem, qual obscenidade, mas por seres que se criam em provetas de laboratório – graças ao Processo Bokanovsky, tantos quantos sejam necessários e idênticos. Seres avessos ao sentimento e à tristeza e que, para tanto, criaram um remédio: o soma, uma droga restauradora da necessária felicidade, sem contraindicações. E eis que se ficam por um mundo bipolar: o trabalho e o ócio. Entre estes, surge Bernard Marx, um alfa-mais que, por defeito de conceção, experimenta mais neste mundo do que aquilo que este lhe devia fornecer. Este mais, porém, também é dúvida sobre a viabilidade desse mundo e deixa-se fascinar pela ideia de outro, que acaba por encontrar: um daqueles resquícios de civilização que ainda não se havia convertido ao Fordismo, um bando de selvagens. Por via deste outro mundo, Malpaís, e do Selvagem está lançada a ponte para a comparação entre este mundo e o outro, isto é, está lançado o mote de todo o enredo criado por HUXLEY.

Eis o Brave New World, gostaria de dizer. Porém não posso, pois, não procuro explicitar aqui que mundo é esse que HUXLEY retrata. Na verdade, sei não me poder substituir à experimentação de cada um na descoberta desse mundo. Para tanto, seria incompetente. Procurarei, então, ater-me a um "a propósito" desse mundo.

O mundo que HUXLEY nos mostra é o exemplo acabado do que seria a plena desumanização da pessoa, o exemplo do que seria a aplicação da racionalidade da ciência ao próprio homem, na tentativa de o dominar como se domina qualquer outro fenómeno natural. E a tentativa que não se fica pelo mundo do imaginário: as tentativas nesse sentido foram já claras em pleno contexto de Estados de Direito Democráticos. Não é outro o sentido daquelas medidas que, no século passado, sob a bandeira da ressocialização de delinquentes, apoiadas nas correntes do behavorismo e do condicionamento clássico, procuraram a ressocialização ou o fim do comportamento desviante à força. Tal tendência e os seus perigos mostrou-nos já S. KUBRICK em Clockwork Orange (1971).

No nosso tempo, porém, talvez o perigo da desumanização seja outro. Acostumei-me à ideia de que os tradicionais referentes de valor, como a Igreja, o Estado, a família, conquanto possam ainda servir a muita gente, já não são um paradigma nem tão-pouco servem ao desafio ético e saudável que o multiculturalismo nos põe. Dizer que algo é ou deve ser assim ou doutra forma porque a Igreja, porque o Estado, porque a família... Para ou bem ou para o mal, já não é bastante. Mas se é certo que o paradigma se perdeu, não o é menos que outro se afirma.

Propulsionada pelo desenvolvimento dos meios de comunicação e das redes sociais, deparamo-nos com a massificação da moral e com a sua imediata correspondência com a opinião pública ou, pelo menos, de um determinado público. Porém, este substituto padece dos mesmos vícios dos tais tradicionais referentes de valor: são éticas de grupo que, sobre a sua crença em valores enquanto verdadeiros projetos de ser, dizem pouco e que rapidamente nos levam a sustentar as suas posições não porque se fundem em fundamentos que partilhamos, mas porque são a posição de um determinado grupo. A consequência é a falta de pensamento crítico que, quando aliada ao burocratismo técnico-funcional, que já nem sequer é uma marca d'água só do nosso tempo, tende a confluir na tal desumanização.

Realizo uma tarefa, nem mais nem menos, porque é meu dever realizá-la; despreocupo-me com os fins da tarefa que realizo, porque a mim não me cabe pensar sobre eles; insiro-me num determinado contexto em ordem a fins que me ultrapassam. Tudo isto não permite ao homem afirmar-se como homem porque não assenta, verdadeiramente, em valores enquanto projetos de ser, daquilo que eu pretendo ser, mas em fins que me ultrapassam e que, não raro, se encontram fora do próprio homem. Ensina-se porque é preciso empregar; estuda-se porque é preciso ser empregado; emprega-se e trabalha-se porque é preciso produzir. Esta lógica assusta porque, verdadeiramente, ignora o problema da existência e a consequência é voraz: os sentimentos de absurdo e alheamento que ALBERT CAMUS em L'Étranger (1942) soube retratar tão bem.

Por tudo isto, penso que a máxima do nosso tempo tem que ser esta: a máxima da humanização. Só nisto, verdadeiramente, todos nos compreendemos e nos consideramos semelhantes. Impõe-se que o esforço seja, também, portanto, um esforço de humanização de todas as instituições e organizações sociais em que cada um de nós se insere. Impõe-se que nos perguntemos: será que isto de ir todos os dias de manhã para um trabalho que não percebo, realizar tarefas com que não me identifico ou que me são indiferentes ou ir à escola porque tem de ser, porque é preciso que vá, para que possa "fazer algo da vida", será que isto – dizia – ainda é algo que me torna humano, que me dá vida e pessoaliza ou não passam de passagens circunstanciais do viver? Neste sentido, o símile de ALBERTO MORAVIA é impressivo. Há sempre duas formas de construir uma estrada: a maneira humana, aquela que vê na estrada um instrumento de valor muito relativo ao serviço do homem; outra, a maneira racional ou da violência, aquela que vê no projeto da estrada um fim em si e que procurará construí-la do modo mais rápido, mais retilíneo e mais expedito que seja possível, sem considerar seja o que for senão ela.

FAÇA PARTE!

Envia-nos o teu texto, sugestão ou artigo de opinião para:
CULTURA@NEDAAC.PT